

**IV Conferência Internacional de Políticas  
Públicas e Ciência de Dados  
Livro de Resumos Alargados**

Mirandela | 21-23 Maio. 2026

*livro de resumos*

[lvcippcd.ipb.pt](http://lvcippcd.ipb.pt)

Dados Técnicos

Título

**IV Conferência Internacional de Políticas Públicas e Ciência de Dados:**

Livro de Resumos Alargados

**Editores**

Bernadete Bittencourt, CITE D, Instituto Politécnico de Bragança

Cláudia S. Costa, CITE D, Instituto Politécnico de Bragança

Clarisse Pais, Instituto Politécnico de Bragança

Jean Mercereau, CITE D, Instituto Politécnico de Bragança

Márcio Martins, CITE D, Instituto Politécnico de Bragança

Roberto Vaz, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança

Sónia P. Nogueira, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança

Susana Ferreira dos Santos, Instituto Politécnico de Bragança

**Design** Ferdinando Silva

**Tema**

Territórios e Sociedades em Rede

**Edição**

Instituto Politécnico de Bragança

**Editorial**

Localidade: Bragança, Portugal

Ano: 2026

ISBN: 978-972-745-371-9

DOI: 10.34620/978-972-745-371-9

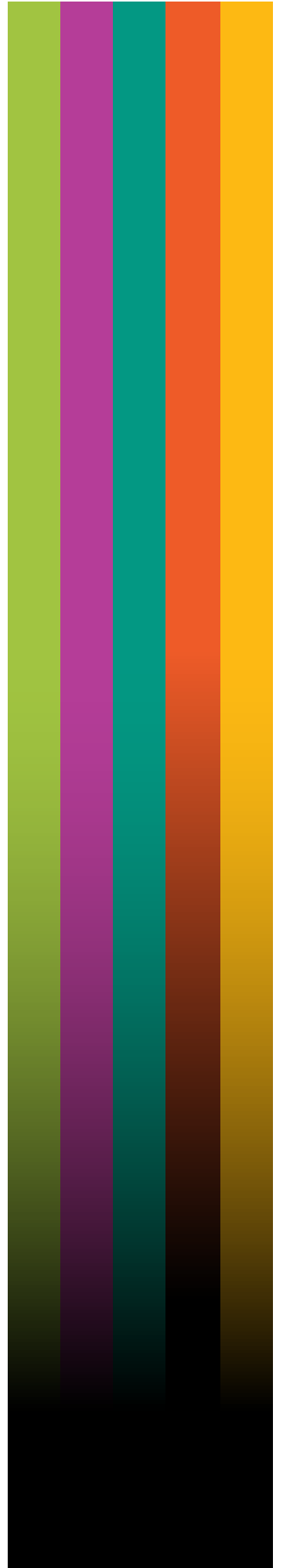
Handle: <http://hdl.handle.net/10198/35928>

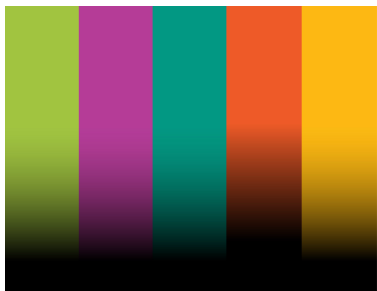


Mirandela . 2026

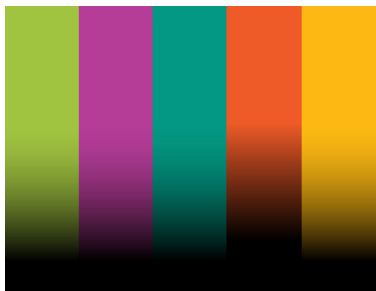


## Apoios





<i>Dataficação nos Videojogos: Novas tecnologias de extração de dados e como isto afeta os jogadores.....</i>	<i>215</i>
<i>Territorial determinants of populist radical right voting in Portugal .....</i>	<i>219</i>
<i>Inteligência territorial e governança de riscos em cidades inteligentes: revisão sistemática e modelo conceitual integrador.....</i>	<i>222</i>
<i>Educação para o desenvolvimento sustentável e integração intersetorial: um modelo analítico para políticas públicas no Brasil .....</i>	<i>227</i>
<i>Governança em Rede como incentivo à adaptação climática local: o caso da associação adapt.local como modelo de Governança Colaborativa.....</i>	<i>232</i>
<i>Automatic Categorization of Police Reports: Best Practices and Algorithms for a Challenging Classification Task .....</i>	<i>237</i>
<i>Capacidade territorial e implementação da descentralização: uma proposta analítica para os municípios portugueses.....</i>	<i>242</i>
<i>Regiões portuguesas de fronteira e políticas públicas: uma abordagem multinível de apoio à decisão.....</i>	<i>246</i>
<i>Permanência estudantil: estudantes concluintes de 2024 dos cursos técnicos ofertados pelo Instituto Federal do Paraná campus Curitiba.....</i>	<i>251</i>
<i>A adoção e implementação do Blended-Learning no Ensino Superior: Um estudo de caso em universidades do estado do Amazonas .....</i>	<i>257</i>
<i>The need to formulate new public policies based on the problems of Brazilian road infrastructure, aiming at road safety and reducing accidents.....</i>	<i>262</i>
<i>Planeamento educativo local em Portugal: análise comparativa das Cartas Educativas e dos Planos Estratégicos Educativos Municipais nos concelhos da CIM-TTM.....</i>	<i>268</i>
<i>Transparência e critérios na atribuição de recursos públicos: uma análise dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo no município de Bragança (2025–2026).....</i>	<i>274</i>
<i>Sozinhos na multidão: uma análise dos espaços coworking nos municípios portugueses ..</i>	<i>279</i>
<i>Disposição para pagar dos visitantes no município de Alijó: contributos para uma política pública local de sustentabilidade.....</i>	<i>283</i>
<i>Política, Instituições e Género: Uma Perspetiva Sobre a Representação Feminina nas Eleições Municipais em Portugal.....</i>	<i>288</i>
<i>Sistemas inteligentes para gestão de desastres ambientais urbanos: um mapeamento sistemático com implicações para regiões amazônicas.....</i>	<i>292</i>
<i>Os limites da vigilância e a proteção dos direitos laborais na monitorização digital do trabalho.....</i>	<i>297</i>
<i>Da análise territorial à definição de políticas públicas: uma abordagem baseada em tipologias territoriais e avaliação participative .....</i>	<i>305</i>
<i>Marketing interno, satisfação e motivação: uma aplicação ao contexto do ensino superior politécnico português.....</i>	<i>309</i>



## **CHAIRS**

Bernadete Bittencourt, CITeD, Instituto Politécnico de Bragança

Cláudia S. Costa, CITeD, Instituto Politécnico de Bragança

Sónia P. Nogueira, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança

Susana Ferreira dos Santos, Instituto Politécnico de Bragança

## **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Bernadete Bittencourt, CITeD, Instituto Politécnico de Bragança

Cláudia S. Costa, CITeD, Instituto Politécnico de Bragança

Clarisse Pais, Instituto Politécnico de Bragança

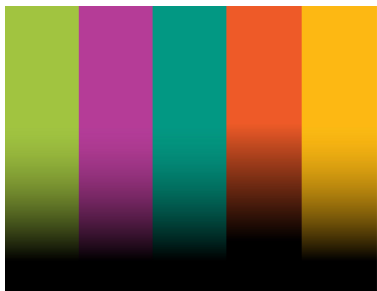
Jean Mercereau, CITeD, Instituto Politécnico de Bragança

Márcio Martins, CITeD, Instituto Politécnico de Bragança

Roberto Vaz, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança

Sónia P. Nogueira, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança

Susana Ferreira dos Santos, Instituto Politécnico de Bragança



## **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Adriano Honorato de Souza, Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas, Brazil

André Ferreira, Fluminense Federal University, Brazil

Anne Marie Thake, University of Malta, Malta

António F. Tavares, University of Minho, Portugal

Bernadete Lourdes Bittencourt, CITEd, Bragança Polytechnic University, Portugal

Bruno Costa, University of Beira Interior, Portugal

Catarina Fernandes, UNIAG, Bragança Polytechnic University, Portugal

Celia Berger, Marie & Louis Pasteur University, France

Christiane Trüe, Bremen University of Applied Sciences, Germany

Cláudia C. Costa, CITEd, Bragança Polytechnic University, Portugal

Cristina Mesquita, CITEd, Bragança Polytechnic University, Portugal

Domingo Bello Janeiro, University of A Coruña, Spain

Elisabete Morais, UNIAG, Bragança Polytechnic University, Portugal

Guillermo Antonio Lobos Villagra, Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Hidelbrando Rodrigues, Federal University of Amazonas, Brazil

Hilda Alberton de Carvalho, Federal University of Technology – Paraná, Brazil

Jean Mercereau, Bragança Polytechnic University, Portugal

João Lourenço Marques, University of Aveiro, Portugal

José Carlos Mota, University of Aveiro, Portugal

Luís Filipe Mota, CICP, University of Minho, Portugal

Lukáš Vomlela, Silesian University in Opava, Czech Republic

Márcia Silva, CECS/UM, University of Beira Interior, Portugal

Márcio Martins, CITEd, Instituto Politécnico de Bragança

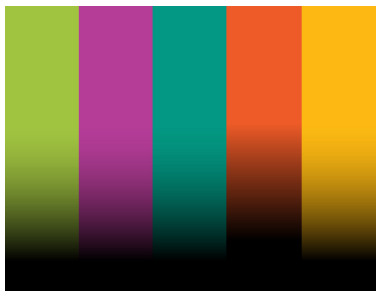
Márcio Moutinho Abdalla, Fluminense Federal University, Brazil

Marco Paschoalotto, CICP, University of Minho, Portugal

Mario Thomas Vassallo, University of Malta, Malta

Miguel Ângelo Rodrigues, University of Minho, Portugal

Monique Borges, University of Aveiro, Portugal



Patrícia Silva, GOVCOPP, University of Aveiro, Portugal

Paula Odete Fernandes, UNIAG, Bragança Polytechnic University, Portugal

Paulo Carvalho, Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz), Brazil

Pedro Correia, University of Coimbra, Portugal

Ricardo Lobato Torres, Federal University of Paraná, Brazil

Roberto Vaz, UNIAG, Bragança Polytechnic University, Portugal

Rogério Allon Duenhas, Federal University of Technology – Paraná, Brazil

Rute Couto, Bragança Polytechnic University, Portugal

Sandra Cunha, Cávado and Ave Polytechnic University, Portugal

Sónia P. Nogueira, UNIAG, Bragança Polytechnic University, Portugal

Soraia Gonçalves, Polytechnic Institute of Cávado and Ave, Portugal

Stela Raytcheva, University of Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, France

Susana Ferreira dos Santos, Bragança Polytechnic University, Portugal

Tiina Randma-Liiv, Tallinn University of Technology, Estonia

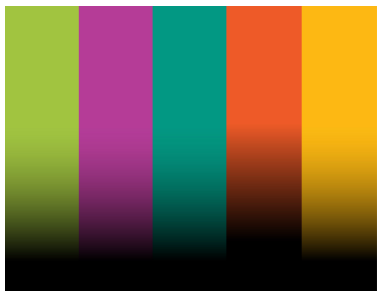
Tihana Cegur Radovi, Karlovac University of Applied Sciences, Croatia

#### **RESPONSÁVEL IDENTIDADE VISUAL**

Ferdinando Silva, Instituto Politécnico de Bragança

#### **RESPONSÁVEL DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO SITE**

Pedro Oliveira, Instituto Politécnico de Bragança



## **Planeamento educativo local em Portugal: análise comparativa das Cartas Educativas e dos Planos Estratégicos Educativos Municipais nos concelhos da CIM-TTM**

### **Local educational planning in Portugal: a comparative analysis of Educational Charters and Municipal Strategic Educational Plans in the municipalities of the CIM-TTM**

**Artur Santos<sup>1</sup>, António Barbosa<sup>2</sup>, Carla Pedroso de Lima<sup>1</sup>, Lúcia Santos<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> CITeD, Instituto Politécnico de Bragança

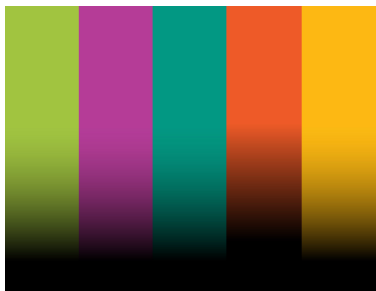
<sup>2</sup> Instituto Politécnico de Bragança

<sup>3</sup> Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração

#### **Resumo**

O presente estudo apresenta uma análise comparativa dos instrumentos de planeamento educativo nos nove municípios da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM). Com base na análise documental das Cartas Educativas e dos Planos Estratégicos Educativos Municipais (PEEM), a investigação examina a forma como estes instrumentos traduzem os princípios de descentralização e territorialização das políticas educativas consagrados no Decreto-Lei n.º 7/2003, no Decreto-Lei n.º 30/2015 e, mais recentemente, no Decreto-Lei n.º 21/2019. Os resultados revelam uma realidade heterogénea: embora a maioria dos municípios cumpra a obrigação legal de elaborar uma Carta Educativa, apenas um apresenta um PEEM autónomo. As Cartas de segunda geração (Alfândega da Fé, Mirandela e Vinhais) tendem a incorporar elementos estratégicos e a funcionar como instrumentos híbridos. A análise destaca a ausência de metodologias participativas na sua elaboração, em contraste com outros modelos de Projeto Educativo Municipal. O estudo conclui que, apesar dos avanços legislativos, o potencial estratégico e comunitário do planeamento educativo local permanece, em grande parte, subutilizado na região.

**Palavras-chave:** Planeamento educativo; Carta Educativa; Plano Estratégico Educativo Municipal; Territorialização; Descentralização



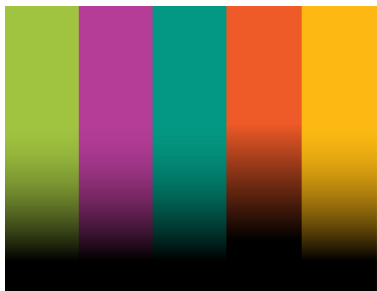
## Abstract

This study presents a comparative analysis of educational planning instruments in the nine municipalities of the Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM). Based on documentary analysis of Educational Charters and Municipal Education Plans, the research examines how these instruments translate the principles of decentralisation and territorialization of educational policies established by Decree-Law No. 7/2003 and Decree-Law No. 21/2019. The findings reveal a heterogeneous reality: while most municipalities comply with the legal obligation to produce an Educational Charter, only one presents an autonomous Municipal Education Plan. Second-generation Charters (Alfândega da Fé, Mirandela, Vinhais) tend to incorporate strategic elements, functioning as hybrid instruments. The analysis highlights the absence of participatory methodologies in their construction, in contrast to other models of the Municipal Educational Project. The study concludes that despite legislative advances, the strategic and community-based potential of local educational planning remains largely underutilised in the region.

**Keywords:** Educational planning; Educational Charter; Municipal Education Plan; Territorialization; Decentralization

## Objetivos

O processo de descentralização de competências educativas para os municípios portugueses, iniciado com a Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, consolidado com o Decreto-Lei n.º 7/2003 e reforçado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, consagrou a Carta Educativa como instrumento obrigatório de planeamento da rede escolar. Paralelamente, a autonomia estratégica dos municípios tem permitido o surgimento do PEEM — também designado como Plano Municipal, Plano Educativo Municipal, Projeto Educativo Local ou Projeto Educativo Municipal — enquanto instrumento de natureza política e programática que estabelece prioridades e metas para a política educativa local (Barroso, 2016; Cordeiro et al., 2012; Pinhal, 2017; Santos et al., 2022), encontrando a sua primeira referência no enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 30/2015. Enquanto a Carta Educativa se centra nas dimensões territorial e infraestrutural — isto é, na sua componente material —, o PEEM configura-se como um documento orientador da política educativa local, incidindo sobretudo na sua dimensão imaterial, ao nível das dinâmicas, práticas e processos educativos, e emergindo no contexto do reforço da transferência de competências e responsabilidades do poder central para o local, bem como da crescente necessidade de resposta às necessidades das populações (Cordeiro et al., 2017; Costa et al., 2016; Santos et al., 2022). Neste quadro, o PEEM assume uma natureza voluntária e participativa, ancorada no conceito de território educativo e na mobilização dos atores locais (Machado, Saúde & Lopes, 2017). É neste



contexto de evolução das políticas educativas — de uma lógica predominantemente infraestrutural para uma abordagem mais centrada nas dimensões imateriais da educação — que Portugal, tendo já superado os problemas estruturais mais graves do seu parque escolar, entra numa nova fase de intervenção pública (Santos et al., 2022). Neste novo ciclo, os municípios são desafiados a evoluir para a elaboração do PEEM, um instrumento que complementa a Carta Educativa e permite abarcar, de forma integrada, o conjunto das componentes da política educativa local (Santos et al., 2022). A presente investigação tem como objetivo analisar comparativamente os instrumentos de planeamento educativo dos nove municípios que integram a CIM-TTM, procurando: a) classificar os documentos existentes à luz dos enquadramentos legais de 1.ª e 2.ª geração; b) identificar a existência de PEEM autónomos; c) caracterizar a profundidade dos diagnósticos locais e a natureza das propostas de intervenção; d) avaliar a presença de metodologias participativas na sua construção; e e) confrontar a realidade regional com outros modelos de boas práticas.

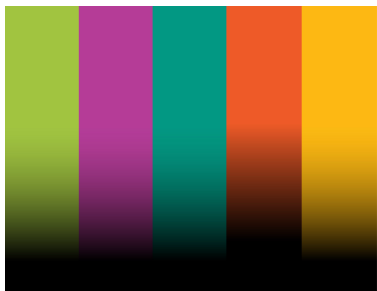
### **Metodologia**

A investigação adotou uma abordagem qualitativa de análise documental sistemática, incidindo sobre os documentos de planeamento educativo disponíveis nos sites oficiais dos nove municípios da CIM-TTM. Foram analisados Cartas Educativas, relatórios de monitorização e PEEM (14 documentos, 2006-2024). A análise, orientada pelo enquadramento legal (Decreto-Lei n.º 7/2003 e Decreto-Lei n.º 21/2019) e pela literatura sobre territorialização (Barroso, 2013; Fernandes, 2014), considerou: o enquadramento legal, o diagnóstico local, os eixos estratégicos e os processos participativos. Para contraste e identificação de boas práticas, analisaram-se os planos de Vila Nova de Poiares (2018-2021), de Marco de Canavezes (2025-2026) e de Maia (2020).

### **Principais resultados e contributos**

A análise comparativa revela uma realidade heterogénea na CIM-TTM, na qual coexistem documentos de 1.ª geração (Bragança, 2012; Macedo de Cavaleiros, 2006; Vimioso, 2015) e de 2.ª geração (Alfândega da Fé, 2023; Miranda do Douro, 2019/20; Mirandela, 2021; Vinhais, 2024). Mogadouro e Vila Flor não disponibilizam documentos publicamente. Apenas Vinhais apresenta um PEEM autónomo, ainda que incipiente. Nos restantes, a função estratégica é assumida pela Carta Educativa.

O diagnóstico revela desafios comuns: envelhecimento populacional (Vinhais: 692,77% em 2021), elevadas taxas de analfabetismo (Vimioso: 16,06%; Alfândega da Fé: 11,6%) e diminuição da população escolar. O abandono escolar está controlado, mas o sucesso educativo varia significativamente entre os concelhos. Não se identificaram processos participativos alargados nos documentos da CIM-TTM, cujo diagnóstico baseia-se predominantemente em análises estatísticas e

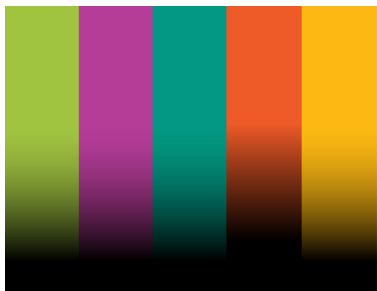


documentais.

Este panorama contrasta fortemente com os planos de Vila Nova de Poiares, de Marco de Canaveses e de Maia, que exemplificam metodologias participativas sofisticadas. O Plano da Maia, que combina grupos focais, análise prospectiva, inquéritos e workshops, encontra-se estruturado em 12 eixos, integrando ações prioritizadas e um modelo de avaliação mista. O Plano do Marco, ancorado na estratégia #sucessoescolar, organiza-se em seis domínios, resultantes de concertação com os agrupamentos de escolas. O Projeto de Vila Nova de Poiares, assente numa abordagem de investigação-ação com recurso a fóruns comunitários, estrutura-se em quatro eixos, integrando metas quantificadas.

### **Discussão**

Os resultados obtidos permitem problematizar a apropriação, pelos municípios da CIM- TTM, dos instrumentos de planeamento educativo consagrados na legislação. A coexistência de documentos de 1.ª e 2.ª geração reflete as diferentes fases do processo de descentralização, mas também a ausência de uma política sistemática de revisão e atualização. A inexistência de PEEM autónomos na maioria dos municípios sugere que a dimensão estratégica e programática da política educativa local permanece subdesenvolvida, frequentemente subsumida na Carta Educativa, que, assim, acumula funções para as quais não foi originalmente concebida (Barroso, 2016; Pinhal, 2017). O hibridismo observado nas Cartas de 2.ª geração (Alfândega da Fé, Mirandela e Vinhais) pode ser interpretado como uma resposta pragmática à necessidade de articular o planeamento infraestrutural com a definição de políticas educativas. No entanto, esta fusão acarreta o risco de secundarizar a dimensão estratégica em favor das exigências técnicas do ordenamento da rede escolar (Cruz, 2012). A ausência de metodologias participativas nos documentos da CIM-TTM contrasta com os princípios da territorialização das políticas educativas, que enfatizam a mobilização dos atores locais e a corresponsabilização da comunidade (Machado, Saúde & Lopes, 2017). Os casos de Vila Nova de Poiares, Marco de Canaveses e Maia constituem contrapontos relevantes, evidenciando que a adoção de metodologias participativas permite não só a produção de diagnósticos mais ricos e contextualizados, mas também a contratualização de compromissos entre os diversos atores educativos. O Plano da Maia demonstra, de forma particularmente expressiva, como um planeamento estratégico sólido pode articular múltiplas dimensões – da promoção do sucesso escolar à mobilidade urbana sustentável e à indústria 4.0 –, enquadrando-as numa lógica de política pública integrada e transversal (Fernandes, 2014).



## **Limitações**

O estudo apresenta limitações decorrentes da indisponibilidade pública de documentos em dois dos nove municípios da CIM-TTM (Mogadouro e Vila Flor), o que impede uma caracterização completa da região. Adicionalmente, a análise baseou-se exclusivamente no conteúdo dos documentos, não sendo possível aferir o grau de implementação efetiva das medidas propostas nem a percepção dos atores locais sobre os processos de planeamento. A generalização dos resultados para outras regiões do país deve ser feita com cautela, considerando as especificidades de cada município quanto à definição dos instrumentos de políticas educativas locais, ao funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação (CME), à transparência e publicitação das informações na área da educação e à dinâmica demográfica e socioeconómica.

## **Conclusões**

A análise comparativa evidencia um desfasamento entre o quadro legal e a sua apropriação prática na CIM-TTM. Apesar de o Decreto-Lei n.º 21/2019 reforçar as competências municipais e a visão estratégica, a maioria dos concelhos mantém instrumentos centrados no ordenamento da rede escolar, sem PEEM autónomos nem processos participativos. As Cartas de 2.ª geração, embora híbridas, não substituem a necessidade de instrumentos vocacionados para a definição participada de políticas educativas locais.

O contraste com Vila Nova de Poiares, Marco de Canaveses e Maia demonstra a viabilidade de processos participativos, intersectoriais e estrategicamente orientados, cujo potencial ainda permanece por explorar na região. A construção de territórios educativos exige uma mudança de paradigma, pelo que se recomenda a elaboração de PEEM autónomos e articulados com as Cartas Educativas, a adoção de metodologias participativas, o reforço de competências técnicas para monitorização e a partilha de boas práticas intermunicipais.

## **Referências bibliográficas**

- Barroso, J. (2016). A administração local da educação: da descentralização à territorialização das políticas educativas. In CNE, *Processos de Descentralização em Educação* (pp. 22-36). Conselho Nacional de Educação.
- Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L., & Ferreira, A. (2012). Projeto educativo local: Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável. *Cadernos de Geografia*, 30/31, 305-315.
- Cordeiro, A. M. R., Gama, R., Barros, C., & Frias, M. (2017). Desenvolvimento e educação. O



planeamento estratégico integrado como fator de transformação societal de um território. O caso do município da Lousã (Portugal). *URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 9, 271-285.

- Costa, J. A., Neto-Mendes, A., Neves, R., Vieira, R. M., & Oliveira, J. (2016). Plano estratégico educativo municipal: Princípios orientadores. Universidade de Aveiro.
- Cruz, C. F. (2012). *Conselhos Municipais de Educação: política educativa e ação pública* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa].
- Fernandes, A. S. (2014). Contextos da intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses. In J. Machado, J. M. Alves, A. S. Fernandes, J. Formosinho & I. Vieira, *Municípios, Educação e Desenvolvimento Local* (pp. 35-61). Fundação Manuel Leão.
- Machado, F., Saúde, S., & Lopes, S. (2017). O Plano Estratégico Educativo Municipal enquanto instrumento de regulação da política educativa local: O caso de Alvito. *Sociologia On Line*, 14, 96-113.
- Pinhal, J. (2017). Os municípios, as escolas e as políticas educativas - Revisitando as políticas de descentralização e os debates da atualidade. In CNE, *Lei de Bases do Sistema Educativo. Balanço e Prospetiva* (Vol. II, pp. 887-907). Conselho Nacional de Educação.
- Santos, L., Cordeiro, A. M. R., & Alcoforado, L. (2022). Public policies for school network planning in Portugal: Changes in municipal responsibilities and choices. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 30(116), 718-741.